A ENUNCIÇÃO NA PRÁTICA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO: UMA METÁFORA – "ESTUPRO CULPOSO" – EM DISPUTA *ENUNCIATION IN THE PRACTICE OF DETERRITORIALIZATION: A METAPHOR – "CULPABLE RAPE" – IN DISPUTE*

Eduardo Alves Rodrigues¹

Cármem Agustini²

Luiza Castello Branco³

Resumo: Neste artigo, analisamos as relações entre discurso e enunciação na prática da desterritorialização (im)posta na e pela constituição do discurso como objeto teórico da Análise de Discurso. Nessa perspectiva, em que o discurso é tomado como efeito da teorização que forja a (não)estabilidade do entremeio como (não)lugar disciplinar, filiados à História das Ideias Linguísticas estabelecida na e pela prática teórico-metodológica da Análise de Discurso, expomos essas relações ao olhar leitor a partir da descrição-interpretação do enunciado "estupro culposo". A análise permitiu restituir condições de leitura para o funcionamento do conceito de enunciação na teoria do discurso (PÊCHEUX) e, em decorrência disso, sobre a constituição de seu objeto, o discurso. Dessa maneira, pudemos compreender que, em relação ao funcionamento do discurso, a enunciação está pressuposta, uma vez que constitui indissociavelmente as bases materiais históricas por meio das quais o discurso se (re)atualiza e o acontecimento da significação é (re)produzido. Em relação ao enunciado analisado, exposto analiticamente às relações entre enunciação e discurso, pudemos mostrar como "estupro culposo" funciona como metáfora em disputa ao ancorar(-se) e abrir(-se) - simultaneamente - a deriva/à deriva/como deriva; um lugar, portanto, em que a interpretação se realiza já marcando a possibilidade de ser sempre outra.

Palavras-chave: Discurso. Enunciação. Análise de Discurso. História das Ideias Linguísticas. Estupro culposo.

Abstract: In this article, we analyze the relationships between discourse and enunciation in the practice of deterritorialization (im)posed in and by the constitution of the discourse as a theoretical object of Discourse Analysis. In this perspective, in which the discourse is taken as an effect of the theorization that forges the (non)stabilization of the in-between as a (non-)disciplinary place, affiliated to the History of Linguistic Ideas established in and by the theoretical-methodological practice of Discourse Analysis, we

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), docente na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), onde atua na Supervisão de Cursos de Pós-graduação e de Graduação, na área de Letras e Linguística. Pesquisador no Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade (GELS/UFU/CNPq), pelo qual se filia ao Projeto de Pesquisa Escrita em Língua Portuguesa: ensino, apropriação, leitura, tecnologia e sociedade.

² Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), docente na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Instituto de Letras e Linguística (ILEEL). Pesquisadora líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade (GELS/UFU/CNPq) e coordenadora do Projeto de Pesquisa: Escrita em língua portuguesa: ensino, apropriação, leitura, tecnologia e sociedade.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade (GELS/UFU/CNPq), pelo qual se filia ao Projeto de Pesquisa Escrita em Língua Portuguesa: ensino, apropriação, leitura, tecnologia e sociedade.

expose these relationships to the discursive reading process from the description-interpretation of the enounced "culpable rape". The analysis allowed to restore reading conditions for the functioning of the enunciation concept in the theory of discourse (PÊCHEUX) and, as a result, on the constitution of its object, the discourse. In this way, we were able to understand that, in relation to the functioning of the discourse, the enunciation is presupposed, since it constitutes inseparably the historical material bases through which the discourse is (re)updated and the event of meaning is (re)produced. Regarding the analyzed enounced, analytically exposed to the relationships between enunciation and discourse, we were able to show how "culpable rape" functions as a metaphor in dispute, anchoring (itself) and opening (itself) - simultaneously - a drift/to a drift/as a drift; a place, therefore, where interpretation takes place marking already the possibility of always being another.

Keywords: Discourse. Enunciation. Discourse Analysis. History of Linguistic Ideas. Culpable rape.

O que estaria determinando essa estranha circularidade que se efetua sob as aparências de um desenvolvimento? "A questão está colocada", como se diz. Tentemos respondê-la.

Semântica e discurso, Michel Pêcheux (1995 [1975], p. 63)

[...] a separação língua/discurso não era fixada *ne varietur* mas era submetida a uma transformação histórica por um efeito em retorno dos processos discursivos sobre a língua. Nesse sentido, a "teoria do discurso", apesar de embrionária, nos parece abrir "novos campos de questões" aos linguistas, mesmo que seja apenas com respeito ao problema da definição das *margens e limites do objeto linguístico*.

Semântica e discurso, Michel Pêcheux (1995 [1975], p. 184)

[...] sem fazer conta do se-ir do viver.

[...] Os tempos mudavam, no devagar depressa dos tempos.

[...] Nessa água, que não para, de longas beiras:

e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro - o rio.

A terceira margem do rio, João Guimarães Rosa (2001 [1962])

Oco de pau que diz:

Eu sou madeira, beira [...] / Meio a meio o rio ri

Silencioso sério [...]

Água da palavra [...] / Proa da palavra [...] / Margem da palavra

Entre as escuras duas

Margens da palavra

Rosa da palavra [...]

O rio riu, ri / Por sob a risca da canoa / O rio viu, vi

O que ninguém jamais olvida / Ouvi ouvi ouvi [...]

Casa da palavra / Onde o silêncio mora

Brasa da palavra [...] / Hora da palavra

Quando não se diz nada

Fora da palavra

Quando mais dentro aflora

Tora da palavra [...] / Asa da palavra [...]

Meio a meio o rio ri [...]

A Terceira margem do rio,

Caetano Veloso e Milton Nascimento (1991)

Discurso, enunciação

A teoria do discurso de Michel Pêcheux (1969, 1975) compreende o discurso como efeito da relação indissociável entre a língua como "*base comum de processos discursivos diferenciados*" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 91; *itálico do autor*) e as condições de produção como "*mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso*" (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 78; *itálico do autor*). O objeto dessa teoria, o discurso, é forjado numa perspectiva material que o define como objeto produzido no interior de processos discursivos que, por sua vez, são produzidos na e pela relação – batimento – entre a *materialidade linguística* (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 179) e a *materialidade histórica que os determina* (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 172; PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 233). Compreendemos, assim, que o processo de produção do discurso é determinado historicamente, e o mecanismo dessa determinação é dado nas e pelas condições de sua produção.

Nessa posição teórica materialista, o que está em jogo para a produção do processo discursivo – leia-se processo de significação, processo de produção de sentido(s) – e seus efeitos não é a língua, mas a língua em funcionamento: a língua remetida às suas margens e limites, ou seja, a língua com sua materialidade já afetada – determinada – por sua inscrição na história. E é isto que impõe à língua sua autonomia relativa. A língua não significa em si, por si, mas na relação constitutiva – atravessada pela ideologia e pelo político – com a história.

Essa inscrição da língua na história "alarga", "estende", dá espessura e densidade à materialidade linguística. Espessura e densidade semânticas. A esse respeito, vale fazermos uma advertência. Na perspectiva da teoria do discurso, diante de um objeto a ser lido, considerar sua espessura e sua densidade semânticas implica inscrever-se num ponto de não retorno, pelo qual se vislumbra que o jogo sintático é tomado em sua abertura ao semântico: o jogo sintático é considerado como intrinsecamente possibilitador dos jogos ideológicos e das latitudes discursivas (GADET; PÊCHEUX, 2011 [1991], p. 102), noutras palavras, o jogo sintático é condição de produção para a (re)atualização da espessura e da densidade semânticas; portanto, condição de *trabalho* – de reprodução/transformação – do discurso na e pela língua.

Isso nos permite dizer que, diante da língua – constituídos por ela – não estamos diante apenas da língua. E essa sua espessura e densidade irreduzíveis – suas margens e limites – requerem, impõem(-nos) interpretação. Diante da língua, seu caráter autônomo e independente é efeito. Diante da língua, sua superficialidade é da ordem do efeito.

Nessa perspectiva, as condições de produção determinam como a materialidade linguística pode/deve (re)atualizar um processo discursivo, (re)atualizar sentido(s). Afirmar isso implica compreender que as condições de produção estabelecem as margens e limites da espessura e da densidade semânticas dos processos discursivos, as margens e limites do dizer. Pensar o dizer e como o dizer significa nos remete à materialidade de um processo histórico de produção com efeito no social - no imaginário de realidade social que se apresenta como natural ao sujeito: a produção do sentido como efeito. E pensar a produção do sentido remetida a esse processo nos impõe a consideração de tomar a base linguística como a parte/a face representável desse processo, a parte/a face visível dessa "manifestação", a parte/a face legível desse acontecimento, e, em decorrência disso, conforme Pêcheux, considerar, nesse campo do visível, da manifestação e do acontecimento do sentido, que "os processos de enunciação constituem o que, no interior mesmo da 'base' linguística, autoriza o desenvolvimento de processos em relação a ela" (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 239).

Com Pêcheux (1995 [1975], p. 91), língua e processo discursivo se distinguem. Lemos, nessa distinção, a emergência de uma discrepância na relação entre eles, na qual a enunciação se coloca, destacando-se como constitutiva do funcionamento discursivo, participando da "conversão" da base linguística em discurso, em efeitos de sentidos entre pontos A e B (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 82), efeitos de sentidos entre protagonistas, entre sujeitos do discurso. Por pontos A e B, Pêcheux designa

lugares determinados na estrutura de uma formação social [...] esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. [...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designa o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). Acrescentemos que é bastante provável que esta correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições, e isto não ao acaso [...]. (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 82-83; *italico no original*)

Orlandi (1999), por sua vez, ressignifica os pontos A e B como locutores: "o discurso é efeito de sentidos entre **locutores**" (ORLANDI, 1999, p. 21; **negrito nosso**), concebendo-os como efeitos de posições no discurso. Segundo a autora,

[os] mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos formações imaginárias. Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas

projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para **as posições dos sujeitos no discurso**. Essa é a distinção entre lugar e posição. (ORLANDI, 1999, p. 40; negrito nosso)

É Pêcheux (1997 [1969]) quem nos ensina, ainda, que não há sujeito sem discurso e não há discurso sem sujeito. É dessa maneira que compreendemos que o discurso se realiza no sujeito e que o efeito dessa realização se marca como uma posição sujeito significativa no e pelo discurso. Essa posição no discurso indicia o modo como as condições de produção são estruturadas, materializando-se nela. Ou seja, essa posição no discurso é determinada pela estruturação histórica das condições de produção do dizer.

Se consideramos, nessa direção, que os processos de enunciação "autorizam" (como descreve Pêcheux) o desenvolvimento de processos em relação à base linguística, é possível inferirmos que os processos de enunciação são constitutivos das condições de produção desses processos, funcionando no mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso. E se consideramos, ainda, que a produção do discurso acontece no e pelo jogo de posições entre A e B, quando um dos pontos recebe esse dizer, ele é colocado como protagonista e isso o interpela a interpretar. É assim que esse dizer é (re)atualizado no e pelo ponto (A ou B) por meio dos processos de enunciação, porque esses processos instauram a variabilidade como condição constitutiva no mecanismo de funcionamento das formações imaginárias⁴ (PÊCHEUX, 1997 [1969]).

Cabe observarmos que as condições de leitura/interpretação do dizer o inscrevem desde sempre já no processo histórico de sua determinação⁵, determinando o modo como os pontos A e B interpretam a espessura e a densidade semânticas da base linguística sobre a qual se constituem os processos discursivos. Do ponto de vista da produção da leitura/interpretação, a enunciação no ponto A não coincide com a enunciação no ponto B, ou seja, a enunciação que é re-produzida no

⁴ As formações imaginárias funcionam, descreve Pêcheux (1997 [1969]), como condição de produção dos processos discursivos e compreendem o jogo de imagens que caracterizam imaginariamente os lugares a partir dos quais os pontos A e B, implicados na determinação histórica da produção do(s) sentido(s), se significam e significam um ao outro; e significam o objeto – o referente – em jogo (em construção) no dizer. Ao dizer de uma maneira e não de outra, o sujeito tem a ilusão de que o que diz só pode ser dito com as palavras que enuncia, crendo que há uma relação direta e decalcada entre pensamento, linguagem e mundo. De acordo com Pêcheux, "se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)" (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 82).

⁵ É preciso considerarmos aqui a relação indissociável entre o dizer e o discurso, pois que, ao dizer, o sujeito (ponto A ou B) já está assujeitado ao discurso, o que torna impossível o dizer e o seu sujeito manifestarem-se, representarem-se, acontecerem fora do interdiscurso e dos processos de significação. É nessa medida que, na teoria do discurso, todo objeto que se apresenta à leitura, todo dizer, todo enunciado é tomado como discurso.

ponto A é, no ponto B, re-criada (BENVENISTE, 2005 [1963]). Portanto, a leitura/interpretação oferece condições específicas para que a enunciação se constitua de modo diferente. Esse jogo enunciativo é caracterizado pela decalagem discursiva entre as posições - os pontos - A e B, assim como pela decalagem entre a imagem de referente que cada uma dessas posições constrói. É essa mesma decalagem que funciona determinando tanto as condições de re-produção quanto as condições de re-criação do dizer.

Essa decalagem discursiva é constitutiva do processo de produção de sentidos na medida em que determina como as relações semânticas possíveis se constituem entre os pontos A e B, significando-os e determinando o modo como eles constroem o referente. É nesse jogo que o movimento dos sentidos acontece, instaurando, irrevogavelmente, pontos de deriva possíveis: o sentido sempre pode ser outro. Nessa leitura teórica, podemos dizer que o modo como Pêcheux concebe os processos de enunciação leva-nos a restituir a enunciação como constitutiva do discurso, estando nele implicada: são os processos de enunciação que "habilitam" a base linguística ao desenvolvimento de processos discursivos em relação a ela mesma.

Diante do exposto, para ler o acontecimento da língua no sujeito afetado pela história (ORLANDI, 1999), devemos considerar os processos de enunciação como condição de produção desse acontecimento; logo, processos que determinam o mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, e que, portanto, devem ser considerados pelos dispositivos de leitura desse acontecimento e de seus efeitos. Dessa maneira, os processos de enunciação estabelecem condições de leitura, de interpretação, ao acontecimento discursivo, porque "parametrizam", no nível do intradiscurso, como o retorno do histórico se materializa sobre as coordenadas referenciais *eu-tu-ele-aqui-agora* (BENVENISTE, 2006 [1970]), marcando decisivamente o (des)encontro material entre língua e história. Compreendemos, assim, que, para ler como *os sentidos se constituem, se formulam e circulam* (ORLANDI, 2014, 2001), relacionar enunciação e discurso mostra-se fundamental.

Com Benveniste (2005 [1962]), aprendemos que a enunciação é um acontecimento evanescente, porque não é possível restituir as coordenadas referenciais – *eu-tu-ele-aqui-agora* – da enunciação já acontecida e evanescida. Essa impossibilidade pode ser explicada pelo fato de que, ao supor reproduzir a enunciação acontecida, o locutor está produzindo necessariamente uma outra enunciação, e este ato o inscreve em outra configuração das coordenadas referenciais que parametrizam o próprio ato de enunciar – o próprio acontecimento dessa outra enunciação.

Nesse processo, os parâmetros *eu-tu-ele-aqui-agora* da enunciação acontecida não coincidem com os parâmetros *eu-tu-ele-aqui-agora* da outra enunciação. Restituir os parâmetros *eu-tu-ele-aqui-agora* é um ponto de impossível.

É assim que, ao concebermos o enunciado como o acontecido da enunciação, ou seja, o enunciado como aquilo que é inscrito no já-dito, compreendemos como Pêcheux (1990 [1983]) pôde conceber o enunciado como uma série de pontos de deriva possíveis. Nas palavras do próprio autor,

[...] toda descrição [...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: **todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro** (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). **Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série** (léxico-sintaticamente determinada) **de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação**. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. [...] é porque há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro (*sic*) discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes. (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 53-54; negrito nosso)

Com base nessa citação, podemos dizer que o equívoco da língua remetida ao histórico decorre do fato de que a enunciação é evanescente. Quando a enunciação evanesce, ela deixa, expõe o linguístico aberto ao discursivo. E, dessa maneira, oferece ao discurso outras possibilidades de articulação a partir de outras possibilidades de (re)arranjo nas e pelas redes de significantes (jogos de relações léxico-sintáticas), nas e pelas redes de memória (jogos de relações históricas). Esse equívoco, descrito por Pêcheux, constitui o fundamento da abertura do sentido: o sentido, em seu funcionamento e em relação ao processo de sua reprodução/transformação, é movimento. Por isso, o sentido como efeito é sempre suscetível de tornar-se outro (efeito).

O movimento de *tornar-se outro* é um movimento que se inscreve na e pela evanescência como funcionamento no histórico. Essa evanescência nos remete à canção *A terceira margem do rio*, de Caetano Veloso e Milton Nascimento (1991), a partir da qual, em nossa leitura, o rio metaforiza a pa-lavra em dis-curso; e as margens do rio se dobram sobre o seu próprio curso, explicitando sua terceira margem – curso de água ao mesmo tempo contínuo e evanescente. A metáfora-deriva "terceira margem" restitui ao rio a fluidez que lhe constitui, sem início, sem fim, e cujas margens e limites são constituídas e recriadas no *continuum* de sua existência como

processo histórico. Ou, como nos disse Heráclito de Éfeso (535 a.C. – 475 a.C.): tudo existe em constante mudança, tudo flui e nada permanece (HERÁCLITO, 1996). A esse respeito, Konder (1981) nos adverte: "um homem não toma banho duas vezes no mesmo rio. Por quê? Porque, da segunda vez, não será o mesmo homem e nem estará se banhando no mesmo rio (ambos terão mudado)" (KONDER, 1981, p. 8).

Essa evanescência que re(lemos) em Heráclito e em Konder é a imagem a que podemos recorrer para descrevermos o modo como a materialidade discursiva que se repete nunca se repete da mesma maneira, mas como índice na série de pontos de deriva possíveis que constituem a interpretação. Nessa direção, compreendemos a deriva – variância/errância – como fluida, como os feixes que se marcam na água que não cessa de *cursar* o rio. Fluidez. Movimento. Abertura. Inexatidão. É nesse curso – nessa terceira margem tomada como ponto de vista – que podemos (re)ler o dis-curso desdobrando-se na relação constitutiva entre língua, enunciação e história. Essa evanescência é determinante do modo como acontece a lavra da palavra, do modo como o discurso acontece como processo.

Essa compreensão nos remete à questão do sentido posta como uma questão filosófica, já que é uma questão que permanece aberta (HENRY, 2003, [1988]). Do ponto de vista da teoria do discurso, tomamos o sentido em sua abertura, em sua condição relacional. A inexatidão do sentido é a imagem representável dessa abertura do sentido à condição da relação como sua condição material de existência. Ainda do ponto de vista da teoria do discurso, a inexatidão do sentido não se resolve na territorialidade. É uma questão imposta como condição de leitura do processo de sua reprodução/transformação. Nessa medida, nosso trabalho de leitura do sentido como efeito questiona o paradigma da territorialidade ao evocar o campo prismático que produz os cruzamentos e os atravessamentos entre língua, enunciação e história, produzindo efeitos sobre o modo como o sujeito é aí constituído e remetido ao seu dizer, ao discurso. Essa conjuntura prismática determina as condições do simbólico em que as práticas da ideologia – direcionamento do sentido – e do político – divisão do sentido – se materializam nos processos históricos que procuram administrar a inexatidão do sentido.

O paradigma da territorialidade supõe um espaço fechado e coerente, contornável como perímetro, estabelecido para conter sentidos, saberes, conhecimentos, ou seja, estabilizar regimes de interpretação sobre x. Na prática da desterritorialização que o ponto de vista discursivo impõe ao olhar leitor, tal espaço é uma ilusão, já que o sentido é inexato. A interpretação deriva. O

conhecimento não fica circunscrito apenas ao ponto de vista. A prática da desterritorialização afronta o controle que pretende proteger contra a contradição, contra o paradoxo, contra a possibilidade de ruptura – o sentido outro – (re)inscrever-se e fazer efeito. Na prática da desterritorialização, o sentido é uma fronteira ausente (LECOMTE, 2016 [1980]). Por isso, reiteramos: na prática da desterritorialização, enunciação e discurso se relacionam bordejando sua fronteira ausente.

Essa metáfora da fronteira ausente nos aproxima, mais uma vez, da metáfora da "terceira margem do rio", nos termos em que ela faz efeito no conto de Guimarães Rosa: "nessa água, que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio" (ROSA, 2001, p. 85). O rio que permanece rio sendo sempre outro rio. É nessa contradição que as fronteiras desmoronam. Quando se apresentam, funcionam na ilusão da territorialidade.

Essa ilusão da territorialidade nos remete à distinção entre funcionamento e processo, como fundamentos do método da Análise de Discurso (ORLANDI, 2014). O funcionamento, conforme nos ensina Orlandi (2014), garante a capacidade de análise, pois diz respeito ao modo como a relação entre o objeto a ser lido e sua exterioridade acontece, o que, para Pêcheux, como vimos, diz respeito ao modo como a relação entre a "*base* (linguística) e o *processo* (discursivo-ideológico)" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 161) acontece. Ainda com Orlandi (2014), compreendemos que a noção de processo, por sua vez, diz respeito ao modo como a vida dos sujeitos é efeito do – é condicionada pelo – modo de produção material da vida. Essa noção implica considerarmos, na leitura dos objetos simbólicos, e pela ideia de contradição e de movimento na história, as marcas da(s) formação(ões) ideológica(s) no discurso, as derivas, as transferências, as condições sócio-histórico-econômico-ideológicas de produção, a inseparabilidade entre sujeito e objeto. É assim que, segundo a autora, a filiação materialista da Análise de Discurso permite ler "o universo [...] como um todo formado de matéria e movimento" (ORLANDI, 2014, p. 47). Em nossas palavras, essa filiação permite ler a existência na e pela inseparabilidade histórica e contraditória entre matéria e movimento. Apoiados em Pêcheux (1995 [1975]), compreendemos que a discursividade é um processo que se inscreve numa relação político-ideológica de classes, o que implica a inscrição da disputa entre posições ideológicas – significativas – relativas ao(s) processo(s) de reprodução/transformação das relações de produção da matéria – sentido, sujeito, discurso – no movimento da história.

Em decorrência do exposto, compreendemos que ler a inexatidão do sentido no e pelo prisma que articula os funcionamentos e os processos da língua, da enunciação e da história expõe o olhar do leitor à materialidade contraditória e incontornável do outro, do horizonte da significação, no qual *o outro é a face do possível*. E esta é a metáfora que dá visibilidade ao real como contradição. Compreender o real como contradição significa admitir que, para cada sentido atribuível ao real, outros sentidos se apresentam como igualmente possíveis para significar esse real, outros sentidos possíveis concorrem no processo de significação desse real. Esses sentidos em relação de concorrência por significar se contradizem, ou seja, não se encaixam, não se equivalem, não se simetrizam, e, por isso, mostram a divisão política do(s) sentido(s) e seu fundamento relacional. É por isso que para se ter, por exemplo, o sentido de 'pobre' tem que se ter o sentido de 'rico'. E o sentido de 'rico' é o que o sentido de 'pobre' não é e vice-versa. O sentido não se constitui fora das relações de contradição.

Em outras palavras, a contradição se materializa no fato de que *o sentido é dividido*. Logo, compreender o real como contradição significa admitir como fundamento a impossibilidade de o simbólico dar conta do real: há uma decalagem constitutiva entre real e simbólico. É por isso, a nosso ver, que Pêcheux afirma que o outro é condição de ligação, identificação ou transferência, condição de movimento para a própria significação, sendo, portanto, a pedra de toque da produção da interpretação.

Uma forte conclusão que tiramos desse percurso de reflexão na prática da desterritorialização é a de que a evanescência (da enunciação) é condição para a produção do sentido, do dizer, do discurso.

O nosso percurso teórico até aqui, em que procuramos (re)ler a historicidade que relaciona enunciação e discurso, encontra o que J. Guilhaumou e D. Maldidier (2008 [1996], p. 70), no texto "Da enunciação ao acontecimento discursivo em Análise de Discurso", concluem: "os últimos desenvolvimentos da análise de discurso, centralizando o heterogêneo e o acontecimento, permitem circunscrever o papel da categoria de enunciação na história da análise de discurso. É esta categoria que, sem dúvida e de forma definitiva, abre a possibilidade de realizar a história da análise de discurso".

Nossa posição de leitura diante de tal historicidade reconhece, funcionando na teorização sobre o discurso na Análise de Discurso, assim como na prática analítica que lhe é pertinente, o encobrimento do "valor reflexivo da enunciação" (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2008 [1996],

p. 69) como condição de produção dos processos discursivos, ou seja, o encobrimento de que a noção de sujeito na/da enunciação é uma noção refletida do/no próprio exercício da linguagem (o sujeito é efeito desse exercício), reduzindo a enunciação, ao mesmo tempo, a certo metadiscurso (que coloca a enunciação como se fosse exterior à ideologia). É Benveniste (2005 [1958]) quem nos ensina a esse respeito que o exercício da linguagem testemunha uma identidade para o sujeito e que essa identidade é evanescente porque ela se dá na e pela enunciação.

Nessa direção, a crítica de Guilhaumou e Maldidier a que nos referimos aponta, a nosso ver, para o modo como a enunciação (os processos enunciativos) foi "vitimada" por uma compreensão oblíqua que relaciona enunciação à situação em que o sujeito é concebido como consciente, pleno, não contraditório, alheio à escuta/olhar do outro, isto é, um sujeito correspondente a parâmetros descritivos e enunciados fixos e previsíveis e, por isso, externo ao discurso.

Nessa medida, o fundamento de que a evanescência da enunciação é condição para a produção do sentido, do dizer, do discurso também amplia nossa visão sobre outro fundamento, porque o explica: um enunciado jamais coincide consigo mesmo. Um dizer jamais coincide consigo mesmo. E esse jogo de decalagens e (des)encaixes constitui os funcionamentos e os processos discursivos. A evanescência do acontecimento da enunciação torna impossível o retorno às coordenadas referenciais da enunciação de uma enunciação já acontecida, e, por isso, evanescida. Assim, não se rediz produzindo os mesmos efeitos, uma vez que os efeitos são da ordem do relacional. Aí a enunciação se faz decisiva, como zona de reformulação-paráfrase relativa aos processos de enunciação, em relação àquilo que já foi significado e que, em decorrência, passa a constituir a zona de reformulação-paráfrase como condição de produção do discurso. Daí podermos dizer que os sentidos uma vez sempre-já inexatos, ao retornarem, não se encaixam, ou faltam ou sobram, em função de se estranharem em relação ao já-dito.

É o alcance do prisma metodológico da desterritorialização – em que discurso e enunciação contraem relação prismática, contraditória, dialética – que se coloca como questão para nós neste texto: compreender a significação no jogo do sentido exposto ao outro sentido possível. É com o objetivo de expor nossa resposta a essa questão que analisamos o enunciado "estupro culposos" como um índice do real como contradição.

Pa-lavra, dis-curso: "estupro culposos"

Ao tomarmos o enunciado "estupro culposo" como objeto a ser lido, situamos nossa leitura em uma região limítrofe, na qual as margens desse enunciado indiciam uma perturbação nas relações de sentido que significam – e caracterizam, tipificam – o estupro como crime, e o modo como denunciante e denunciado no referido crime são re-inscritos na deriva possível produzida relativamente aos pré-construídos⁶ "[estupro] de vulnerável" e "[estupro] sem intenção". Vejamos como esses limites e margens são historicamente construídos, como são administrados, que efeitos produzem. Para isso, explicitamos, de início, as condições de produção, ou seja, os mecanismos de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso que se nos apresenta à leitura.

Na narrativa de acusação, o crime de estupro anteriormente referido é descrito em denúncia ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina como tendo ocorrido em dezembro de 2018 e vitimado a jovem Mariana Ferreira Borges, então com 21 anos. E ganhou notoriedade ao longo de 2019 após ter sido exposto nas redes sociais a partir de perfis da própria vítima. Em 2020, a última audiência do processo (em que Mariana acusa André de Camargo Aranha de estupro) ocorreu em sessão *online* em 27 de julho, e sua divulgação na íntegra pelo Jornal *O Estado de São Paulo* inflamou a discussão sobre o processo e seu desfecho, especialmente, porque, a nosso ver, coloca em xeque a qualificação do estupro como crime. Em função da sentença estabelecida em juízo, em 09 de setembro de 2020, a favor do denunciado e contra a denunciante, o caso de Mariana Ferreira Borges foi referido e indexado por milhares de publicações nas redes sociais.

Em reportagem assinada por Schirlei Alves, intitulada "Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com sentença inédita de 'estupro culposo' e advogado humilhando jovem", e publicada pelo *The Intercept Brasil* em 03 de novembro de 2020⁷, o enunciado "estupro culposo"⁸ foi produzido como condição de interpretação da sentença na qual o juiz absolveu o denunciado do crime de estupro. O enunciado é constituído de um sintagma nominal que, na reportagem, é

⁶ Com base em Pêcheux (1995 [1975]), podemos compreender pré-construído como sentido já produzido que retorna como memória do/para o dizer.

⁷ A referida reportagem pode ser acessada em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

⁸ A reportagem do *The Intercept Brasil* foi atualizada em 3 de novembro, às 21h54, atendendo decisão judicial que determinou à agência de notícias que esclarecesse que a expressão "estupro culposo" não teria sido usada nos autos do processo: "a expressão 'estupro culposo' foi usada pelo Intercept para resumir o caso e explicá-lo para o público leigo. O artifício é usual no jornalismo. Em nenhum momento o Intercept declarou que a expressão foi usada no processo" (cf. <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>).

justificado como paráfrase de outro sintagma nominal: "estupro de vulnerável". Este, por sua vez, circunscreve a denúncia formal e seu acolhimento legal pelo Ministério Público, num primeiro momento. Em um segundo momento, o mesmo sintagma é desqualificado, o que sustenta a absolvição do denunciado no texto da sentença do juiz⁹. De acordo com a reportagem,

o entendimento do Ministério Público sobre o que aconteceu naquela noite, porém, mudou completamente na apresentação das alegações finais. O promotor Piazza deixou o caso para, segundo o MP, assumir outra promotoria, e quem pegou o processo foi Thiago Carriço de Oliveira. É nas alegações finais de Oliveira que **aparece a tese do estupro sem intenção**.

Para o novo promotor, não foi possível comprovar que Mariana não tinha capacidade para consentir com o ato sexual, **desqualificando assim o crime de estupro de vulnerável** descrito na denúncia pelo seu colega. Ele se baseia principalmente nos exames toxicológicos que não reconheceram nem álcool nem drogas no sangue de Mariana naquela noite e na aparente sobriedade indicada pela postura de Mariana ao sair do Café de la Musique e se deslocar até outro beach club em busca das amigas captada pelas câmeras da rua, da Polícia Militar. (ALVES, 2020; negrito nosso)

Do ponto de vista da reportagem, houve crime de estupro e essa posição se marca tanto no modo como a reportagem é intitulada – "Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com sentença inédita de 'estupro culposo' e advogado humilhando jovem" – quanto no seguinte subtítulo: "como 'estupro de vulnerável' virou 'estupro culposo'". Essa posição coloca como incontornável a interpretação de que o estupro ocorreu e, por isso, confronta a sentença do juiz. Da perspectiva desta (sentença), o que é colocado em dúvida são as condições que tipificam o estupro de vulnerável como crime: (1) ser menor de 14 anos; (2) ter enfermidade ou deficiência mental que afete o discernimento; (3) qualquer outra causa que impeça de oferecer resistência (*cf.* Código Penal brasileiro (BRASIL, 2019)). Textualmente, na sentença, lemos o seguinte parecer do juiz:

assim, diante da ausência de elementos probatórios capazes de estabelecer o juízo de certeza, mormente no tocante à ausência de discernimento para a prática do ato ou da impossibilidade de oferecer resistência, indispensáveis para sustentar uma condenação, decido a favor do acusado **André de Camargo Aranha**, com fundamento no princípio do *in dubio (sic) pro reo*. (MARCOS, 2020, folha 3652; negrito no original)¹⁰

Dessa maneira, na posição da reportagem, "estupro culposo" poderia explicar ao leitor como a sentença do juiz desqualifica o dolo em relação ao estupro denunciado por Mariana. O crime tipificado como doloso, no Código Penal brasileiro, é descrito como aquele que ocorre

⁹ A sentença, como parte dos Autos do Processo em questão (nº 0004733-33.2019.8.24.0023) foi disponibilizada no seguinte endereço: <https://cdn.oantagonista.net/uploads/2020/11/Caso-Mariana-Ferrer-sentenca-de-absolvicao.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

¹⁰ Fonte: <https://cdn.oantagonista.net/uploads/2020/11/Caso-Mariana-Ferrer-sentenca-de-absolvicao.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

"quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo" (BRASIL, 2019, p. 38). A posição da reportagem destaca que o juiz do processo acompanha a posição do promotor responsável pelo caso em seu argumento de que "não havia como o empresário [André de Camargo Aranha] saber, durante o ato sexual, que a jovem não estava em condições de consentir a relação, não existindo portanto intenção de estuprar – ou seja, uma espécie de 'estupro culposo'. O juiz aceitou a argumentação" (ALVES, 2020).

A aceitação dessa argumentação produz a prevalência da interpretação de que não há punição cabível ao denunciado, já que, segundo o Código Penal brasileiro, "estupro sem intenção", "estupro culposo", como sugere a posição da reportagem, não configuraria dolo; logo, não poderia ser considerado motivo para atribuição de punição. O Código Penal brasileiro, a esse respeito, diz que: "salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente" (BRASIL, 2019, p. 38).

Daí decorre que a qualificação de um estupro como "sem intenção" implica desqualificar o próprio caráter de crime conferido por lei ao estupro: tanto o "crime contra a liberdade sexual" (Título IV, cap. I, Código Penal) quanto o "crime sexual contra vulnerável" (Título IV, cap. II, Código Penal). Seguindo esse raciocínio, podemos ler a sentença concedida pelo juiz como um enunciado que faz funcionar um mecanismo jurídico-administrativo que, ao absolver o denunciado, desloca o crime denunciado para a condição de não-crime e, em decorrência disso, impõe à denunciante a impossibilidade de posicionar-se como vítima, já que esta não teria como comprovar que ofereceu resistência ao ato de violência sexual e que não tinha discernimento sobre o que ali se deu.

Nesse cenário, irrompe a seguinte evidência-absurdo: *estupro não é crime*. Inclusive, essa relação entre evidência – *o estupro em nossa sociedade é crime* – e absurdo – *estupro não é crime* – oportuniza a formulação até então inédita, na interpretação da reportagem, do sintagma nominal "estupro culposo", que materializa entre o núcleo nominal do sintagma, "estupro", e o seu modificador, "culposo", uma conjugação contraditória e absurda. Trata-se de uma formulação que faz sobrepor "crime culposo" a "estupro" (conforme o Código Penal brasileiro, crime doloso). Embora "estupro" seja significado como crime no Código, o modificador "culposo" a ele relacionado o faz significar como não-crime.

Isso se sustenta porque, no texto do Código Penal brasileiro, há divisões – tipificações, categorizações – do crime, por exemplo, entre crime doloso e crime culposo: "doloso, quando o

agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; [...] culposos, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia" (BRASIL, 2019, p. 38). Essa divisão abre a interpretação de modo que possa nela irromper a categoria de *crime como não-crime*, pois considera situações que podem ser descritas como crimes que não seriam "tão fortemente crimes": uma descrição possível sustentada no deslizamento, na ressignificação de "crime" como "imprudência, negligência ou imperícia". Nestes casos, como já mostramos, tais situações são impedidas por lei de receberem punição (exceto quando punições são estabelecidas explicitamente em lei para os crimes enquadrados como "culposos"). Essa abertura permite a produção da articulação lógica reversa como efeito de evidência: *se não há punição, é porque não houve crime*.

A leitura desse enunciado "estupro culposos", em seu funcionamento como processo discursivo – tornado possível pelo modo como o mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso autoriza o desenvolvimento desse processo sobre a estrutura da língua já historicamente parametrizada pelas coordenadas referenciais enunciativas – impõe considerarmos a existência de tal processo "de maneira constitutiva e co-extensiva ao campo da luta ideológica e política das classes" (PÊCHEUX, 2011 [1981], p. 137). A interpretação "estupro culposos" não escapa a esse funcionamento. Outra reportagem televisada, que procura administrar como o "caso Mariana Ferreira Borges vs. André de Camargo Aranha" pode/deve ser compreendido, descreve um índice dessa disputa político-ideológica: a mãe da denunciante, em depoimento na referida reportagem, relata que

o delegado ter falado que a gente ia participar das diligências, eu e meu ex-marido, e depois ele foi pra uma salinha da delegacia, **voltou com o rosto transtornado. Eu acho que nesse momento ele descobriu de quem se tratava o bandido.** Aí ele disse que a gente não ia participar da coletiva, que não precisava. Mas naquele momento eu vi que já tava tendo coisa errada. **A minha filha não é a primeira vítima, e certamente não vai ser a última se ele não for detido.** [...] Sabemos quem é o suspeito. A polícia também sabe. (SBT Meio-Dia, SCC-SBT, 22 de maio de 2019¹¹; negrito nosso)

Com base nesse depoimento, compreendemos que, ao "ler" o índice de transtorno no rosto do delegado, a mãe da denunciante identifica uma "releitura" do crime denunciado e de seus protagonistas, o que sugere inclusive, tanto à mãe quanto ao leitor, uma "releitura" no modo como o objeto de discurso é significado na e pela decalagem entre a posição da mãe e a do delegado em relação à posição do denunciado no discurso, sendo que as posições da mãe e do

¹¹ Transcrição do depoimento da mãe de Mariana Ferreira Borges concedido à reportagem televisiva disponível em: <https://youtu.be/pqV24TRV1-o>. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

delegado marcam-se como divergentes sobre o denunciado: na fala da mãe o denunciado é significado como alguém intocável por sua posição dominante na classe social, a mãe reivindica que o estupro da filha seja reconhecido como crime e que, por esse motivo, o denunciado intocável torne-se tocável, atingível pela lei; já na fala do delegado, o denunciado é também significado como alguém intocável por sua posição dominante na classe social, devendo assim permanecer. Essa releitura indicia, portanto, uma movimentação nas coordenadas referenciais da enunciação, e esse movimento determina, inclusive, o desfecho do processo, com a absolvição do denunciado, a denegação do crime denunciado, a desqualificação da denunciante como vítima, a instauração de uma evidência-absurdo (um estupro realizado "sem intenção", um "estupro culposo").

O enunciado "A minha filha não é a primeira vítima, e certamente não vai ser a última se ele não for detido" sustenta-se em discursividades que consideram que um crime não punido deixa em aberto a possibilidade de sua recorrência por outros e em toda parte, ou, ainda, discursividades que significam que, em nossa sociedade, *o crime de estupro acontece e o crime de estupro permanece impune*, discursividades que apontam, portanto, para a recorrência social desse tipo de acontecimento-crime. Em outras palavras, quando os protagonistas do acontecimento-crime são colocados discursivamente em certas posições significativas no jogo da luta de classes, essas discursividades funcionam determinando tais sentidos como dominantes, porque há aí uma disputa por poder, pelos sentidos, pela interpretação.

Diante do exposto, podemos (re)ler como a produção da interpretação "estupro culposo", na reportagem do *The Intercept Brasil*, para o crime de estupro denunciado atualiza uma movimentação nas coordenadas referenciais de sua enunciação, determinando perturbações no modo como o processo discursivo é autorizado a materializar-se no fio do discurso. Essa movimentação no processo enunciativo apresenta-se visivelmente marcada e circunscrita aos seguintes mo(vi)mentos desse processo discursivo: (1) o crime; (2) a denúncia do crime; (3) a denúncia do acobertamento do crime; (4) a última audiência processual; e (5) a sentença. Com isso, procuramos tornar visível também como a deriva se marca nessa movimentação fazendo deslocar a evidência "estupro é crime" para o absurdo "estupro não é crime". Assim procedendo, marcando o mo(vi)mento da deriva nesse processo discursivo do contraditório, (d)enunciamos a

lavra da pa-lavra, o curso do dis-curso, mo(vi)mento no qual "estupro culposos" ganha *pregnância discursiva*¹² nas margens e limites da interpretação.

Vejamos como podemos interpretar as coordenadas referenciais da enunciação no trajeto dos sentidos do caso Mariana Ferrer, percorrendo os marcos acima destacados.

1- (D)o crime (que, na posição da reportagem, entre outras, ocorreu)

Em relação ao mo(vi)mento (1), as coordenadas referenciais da enunciação se atualizam assim: *eu* é a vítima/influencer; *tu* é o estuprador/empresário; *ele* é o estupro/crime; *espaço* é o beach club Café de la Musique, em Jurerê Internacional, em Florianópolis; e *tempo* é a partir da noite de 15 de dezembro de 2018.

2- (D)a denúncia do crime

Em relação ao mo(vi)mento (2), as coordenadas referenciais da enunciação se atualizam assim: *eu* é a vítima/denunciante; *tu* é o estuprador/denunciado; *ele* é o estupro de vulnerável/crime; *espaço* é a delegacia/o Ministério Público (com o primeiro promotor)/o processo judicial; *tempo* é definido a partir do dia da denúncia do crime, em 16 de dezembro de 2018. Observamos que a coordenada referencial *eu* é constituída não apenas pela vítima como também por sua mãe, que a orienta e a acompanha nesse mo(vi)mento, reforçando a perspectiva do *eu* sobre a coordenada referencial *ele* (o crime). O mesmo podemos considerar em relação aos amigos e outros leitores que se identificam com a posição *eu* nesse mo(vi)mento. Essa observação é também válida para considerarmos o jogo das coordenadas referenciais nos demais mo(vi)mentos do processo discursivo que significa o enunciado "estupro culposos".

3- (D)a denúncia do acobertamento

Em relação ao mo(vi)mento (3), as coordenadas referenciais da enunciação se atualizam assim: *eu* é as denunciante/a mãe e a influencer; *tu* é o denunciado/empresário; *ele* é o suposto estupro de vulnerável/crime; *espaço* é a delegacia/as redes sociais/o Ministério Público (com

¹² A partir de Agustini e Araújo (2009), (re)formulamos a categoria descritiva "pregnância discursiva" para dar visibilidade à produção de um efeito de sentido, o de *pregnância*, que decorre do funcionamento ideológico da dissimulação: um efeito que faz marca no dizer como se não fosse marca, que se faz presente como se não o estivesse. Um efeito que ganha *pregnância* no movimento mesmo da interpretação e que a análise restitui – capt(ur)a – como *ressonância interdiscursiva* (SERRANI, 1997) em suas margens e limites. Nos recortes que constituem o arquivo de leitura para este artigo, tomamos, por exemplo, o enunciado "Fala a verdade!", dito pelo advogado de defesa do denunciado. Um efeito que se marca nesse enunciado como se não se marcasse é o efeito que se sustenta na discursividade machista-patriarcal: sua interlocutora (Mariana Ferreira Borges) é já significada como "desonesta", o que funciona como argumento na fala do advogado para questionar a denúncia de estupro como verdadeira. Na discursividade machista-patriarcal evocada no e pelo enunciado em questão, a interpretação para a mulher (denunciante) mostra-se coerente com o discurso transversal que fornece a evidência de que o valor da palavra da mulher é sobreposto/encoberto pelo valor da palavra do homem.

outro promotor)/o processo judicial; *tempo* é definido a partir de maio de 2019, quando o acobertamento é reconhecido/denunciado.

4- (D)a última audiência processual

Em relação ao mo(vi)mento (4), as coordenadas referenciais da enunciação se atualizam assim: *eu* é a denunciante/culpabilizada; *tu* é o denunciado/vitimizado; *ele* é o estupro sem intenção/não-crime; *espaço* é a audiência online; *tempo* é definido a partir do dia da última audiência, em 27 de julho de 2020.

5- (D)a sentença

Em relação ao mo(vi)mento (5), as coordenadas referenciais da enunciação se atualizam assim: *eu* é a denunciante/não-vítima; *tu* é o denunciado/absolvido; *ele* é o estupro sem intenção/não-crime; *espaço* é o Ministério Público (emissão da sentença); *tempo* é definido a partir do dia da expedição da sentença, em 09 de setembro de 2020.

As coordenadas referenciais da enunciação, assim colocadas, projetam no e a partir do processo discursivo posições significativas que situam – margeiam, limitam – a interpretação pelo efeito de pregnância. Esse efeito determina tais posições no e pelo atravessamento de discursividades que, por sua vez, também se atravessam: a discursividade do machismo (*mulher significada como mulher (de vida) fácil e que, nessa condição, expor-se-ia ao estupro; mulher significada como objeto sexual do homem*); do patriarcalismo (*jovem, branca, trabalhadora e de família subjugada por homem de meia idade, branco e de família influente e rica, e que deve ter seus desejos e necessidades satisfeitos*); da religião (*jovem solteira, portanto, virgem, que guarda a virgindade para ser concedida ao homem; jovem que não macula o próprio corpo se drogando; mulher deve resistir aos desejos carnavais se solteira*); da moral e dos bons costumes (*jovem virgem, recatada, que respeita os valores sociais e morais vigentes, e se prepara para constituir família*); do juridismo (*lei que valida a perspectiva do homem como a perspectiva dominante na interpretação dos fatos sociais, dentre estes, aqueles considerados crimes, e, dentre estes, os crimes de violência contra a mulher*), entre outras discursividades.

Marca-se, nos processos enunciativos, que se dobram e se desdobram nos mo(vi)mentos de (1) a (5) descritos anteriormente, um deslocamento na prevalência dos sentidos evocáveis nessas e por essas discursividades, no momento em que a luta de classes se acirra em função da perturbação na estabilidade das posições significativas em jogo/disputa na denúncia. Esse deslocamento na prevalência dos sentidos é provocado pela divisão do *poder (econômico)* que

sobredetermina desde-sempre-já a luta de classes e, portanto, a divisão social da interpretação. No funcionamento dessa divisão, as posições significativas evocadas são determinadas histórica e ideologicamente por determinadas interpretações, mas algumas interpretações prevalecem sobre – subjugam – outras.

Se seguirmos esse raciocínio, a denúncia de crime em análise expõe-se como um modo de materializar esse jogo assimétrico e desigual, colocando em xeque a posição hegemônica nessa luta – aquela do *homem de meia idade, branco e de família influente e rica, e que deve ter seus desejos e necessidades satisfeitos (independentemente da lei)* –, e demandando ao poder judiciário punição para tal posição em relação ao crime denunciado. Essa disputa se deve ao fato de que, socialmente, o crime de estupro não tem seu estatuto reconhecido a partir de consenso; o que, inclusive, provocou a abertura da demanda de punição ao deslize, contrariando-a na produção da absolvição. Foi assim que o *homem de meia idade, branco e de família influente e rica, e que deve ter seus desejos e necessidades satisfeitos (independentemente da lei)* pôde ser inscrito na memória jurídica do "sem dolo", "sem intenção", portanto, do não-crime, fazendo parecer que, de fato, o estupro não teria acontecido. O que passa a prevalecer nesse jogo ideológico de dissimulação é a imagem – construída como evidência – de que a mulher denunciante seria uma "golpista".

Diante do exposto, as coordenadas referenciais da enunciação assim colocadas projetam no funcionamento discursivo a perspectiva significativa em que o embate entre a mulher vítima e o homem agressor é travado, com vantagem para este: *o crime acontece e não é punido*. Nos recortes abaixo, por exemplo, essas discursividades inter-relacionadas se marcam materialmente de diferentes modos e formas em enunciados neles (re)produzidos. Os recortes foram produzidos a partir da gravação da última audiência pública do caso, realizada *online*, em 27 de julho de 2020, e tornada pública pelo jornal *O Estado de São Paulo*¹³. A seguir, apresentamos, no primeiro conjunto de recortes, as transcrições de trechos da audiência, e, no segundo conjunto, formulações de reportagens que parafraseiam e citam trechos da audiência.

Primeiro Conjunto de Recortes:
(18min09seg)

Advogado da defesa: **essa foto aqui foi manipulada** (exibe uma segunda foto de Mariana na câmera)?

Denunciante: “muito bonita por sinal”, o senhor disse, é? Cometendo assédio moral contra mim. O senhor tem idade para ser meu pai...tinha que se ater aos fatos.

¹³ A gravação do vídeo da audiência está disponível no canal do *Estadão* no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=P0s9cEAPysY&feature=emb_logo. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

Advogado da defesa: [...] **não ter uma filha do teu nível**, graças a deus, e também **peço a deus que meu filho não encontre uma mulher que nem você**, porque você falou da minha filha [...]

[...]

Advogado da defesa: **ela não quer que se esclareça nada**. Ela não quer que isso termine. **Ela quer curtir no Instagram porque é a fonte do ganha-pão dela. Ela vive disso. Dessa farsa que ela montou.** (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2020, negrito nosso)

(36min46seg)

Advogado da defesa: [...] **mas que conspiração, hein Mariana?** Que coisa, hein? (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2020, negrito nosso)

(39min01seg)

Denunciante: [...] **eu não tinha noção [do crime]**. Se eu tivesse noção do crime que tinha acontecido, logicamente eu tinha chamado a minha mãe, a polícia, tá tão óbvio isso que..., tá tão claro...

Advogado da defesa: não. Não tá claro.

Denunciante: **que mulher que quer perder a virgindade, que se guarda por 21 anos pra perder a virgindade com um desconhecido nesse lugar, pelo amor de Deus!** Doutor, não tem jeito. Doutor, não adianta rodear...

[...]

Advogado da defesa: aqui você está pra me responder. Não é pra dar o teu showzinho. **Teu showzinho tu vai dar lá no Instagram depois para ganhar mais seguidores, que tu vive disso!... Tu, Mariana, vamos ser sinceros. Fala a verdade.** Vamos lá. Tu trabalhava num café, perdeste o emprego, estavas com o aluguel atrasado 7 meses, eras uma desconhecida. [...] **Esse é o seu ganha-pão.** A verdade é essa, né Mariana? **É seu ganha-pão, a desgraça dos outros? Manipular essa história de virgem?**

[...]

Advogado da defesa: só pra constar, essa última foto que ela juntou, mandou o defensor público juntar, e que ela diz que foi manipulada, e com posições ... (eu quero **aquela outra foto** - se dirigindo a outro interlocutor presente na sala onde ele estava) [...] e **com posições ginecológicas é só dela** [...] só tem ali é o site editorial Guilherme Lima [...] não tem nada de mais essas fotos.

Denunciante: não tem. **Eu tô de roupa, não tem nada de mais mesmo** [...] **ela é virgem. Ela não é freira não, doutor. A gente está em 2020.**

Advogado da defesa: não é freira. Não tô dizendo que é freira. Por que você apagou [...] Essa foto não tem nada de mais. **Mas por que você apaga essas fotos, Mariana? E só aparece com essa carinha chorando** [...] **só falta uma auréola na cabeça.** [...] Excelência, eu acho que já está bastante claro. Eu teria mais perguntas, mas vou deixar para a mãe dela. Eu tô satisfeito.

Denunciante: **cultura do estupro. Machismo. Patriarcado.**

Advogado da defesa: **mentirosa!** (este em 41min20seg) (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2020, negrito nosso)

Segundo Conjunto de Recortes:

As perguntas continuam sobre a noite em que ela afirma ter sido estuprada. Mariana diz que não chamou a polícia porque estava dopada e não se deu conta do crime. **Ela chora ao falar sobre a virgindade.**

— **Que mulher que guarda a virgindade por 21 anos para perder com um desconhecido nesse lugar?** Pelo amor de Deus — diz.¹⁴

De acordo com o advogado Gastão Filho, o silêncio do réu e seu afastamento das redes sociais não são propositais [*@andre11spyder* era o antigo perfil de André Aranha, que foi apagado]: "Meu cliente não é assíduo nas redes sociais. Ele tem prestado todos os esclarecimentos que a Justiça entende pertinentes". Além disso, ele disse para a CH que **Mariana acusa "um rapaz de passado limpo" e que "até dá para entender, pois ela vive disso, de abusar da boa fé alheia para obter visibilidade junto a pobres incautos"**.¹⁵

Em trechos da audiência divulgados pelo site, o advogado de Aranha, Cláudio Gastão da Rosa Filho, apresentou **fotos produzidas por Mariana e publicadas em seu perfil no Instagram que ele classificou como "ginecológicas"**, dizendo, entre outras coisas, que **"jamais teria uma filha" do "nível de Mariana". Ele também afirmou** que Ferrer estava fazendo um "showzinho" e **que o seu "ganha pão era a desgraça dos outros"**.¹⁶ (negrito nosso)

Esses recortes materializam o deslocamento na prevalência dos sentidos evocáveis. Esse deslocamento torna visível ainda que nem a marca da violência no corpo, tampouco a palavra, bastam, e que o discurso da lei é sobredeterminado pelas discursividades do machismo, do patriarcalismo, da religiosidade e do moralismo¹⁷.

A disputa encarnada na metáfora "estupro culposos" se dá no embate entre a posição significativa que, por um lado, denuncia uma mulher como "sem nível", "desqualificada", "sem honra" e, por outro, que apresenta o denunciado como "um rapaz de passado limpo", e a outra posição significativa que aponta o dizer do advogado da defesa como sustentada pelas discursividades da "cultura do estupro", do "machismo", do "patriarcado". Essa disputa se dá num espaço em que a voz da denunciante é embargada pela voz do advogado da defesa, uma voz feminina que se faz inaudível diante do dizer masculino acusatório: "mentirosa!". Uma voz que, apesar de dizer-se "não ter noção do crime", de "estar impossibilitada de reagir", de "guardar sua virgindade por 21 anos", de "perdê-la com um estranho naquele lugar", é significada pela metáfora da "farsa", da "montagem", da "conspiração", como se o objetivo da mulher

[egra-de-audiencia-sobre-acusacao-de-estupro-em-boate-ckh6bmmiu003m0170gzvdc3s.html](https://www.conjur.com.br/2020-nov-05/veja-integra-audiencia-mariana-ferrer-estupro). Acesso em 15 de dezembro de 2020.

¹⁵ Fonte (negrito nosso): <https://capricho.abril.com.br/comportamento/mariana-ferrer-relata-vida-de-luta-contr-o-sistema-apos-denunciar-estupro/>. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

¹⁶ Fonte: <https://www.conjur.com.br/2020-nov-05/veja-integra-audiencia-mariana-ferrer-estupro>. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

¹⁷ Vale destacarmos que, embora não seja o foco nesse artigo, o cotejo das textualidades do arquivo aqui analisado permite (re)ler a textualidade jurídica do Código Penal brasileiro (BRASIL, 2019) a partir do funcionamento discursivo que determina a abertura do código a interpretações filiadas às discursividades do machismo, do patriarcalismo, da religiosidade e do moralismo.

denunciante fosse "lucrar com essa história de virgem", manipulando a "desgraça dos outros", para "ganhar" mais: "seguidores", "fama" ("showzinho"), "dinheiro" ("pão").

É nessa disputa que o crime é revertido em não-crime. É assim que a metáfora "estupro culposos", trazida pela perspectiva da reportagem do *The Intercept Brasil*, antes absurda e, por isso, inconcebível, torna-se naturalizada como uma evidência. E, assim, a banalidade do mal reencontra formas, sujeitos, discursos que fazem seus efeitos perdurarem em nossa sociedade.

Considerações finais: (re)lendo os "grãos de enunciação" no discurso

O enunciado "estupro culposos", como efeito discursivo produzido no ponto de encontro entre o linguístico, o histórico e o ideológico, faz trabalhar o discursivo, "no interior do funcionamento da língua, [materializando] os efeitos da luta ideológica, e inversamente, manifestando a existência da materialidade linguística no interior da ideologia" (PÊCHEUX, 2011 [1981], p. 136). Ou seja, o enunciado "estupro culposos", funcionando no arquivo de leitura aqui trabalhado, coloca em jogo a estrutura morfossintática e lexical do discurso jurídico, suspendendo o caráter do "vulnerável" que caracterizaria o nome "estupro".

Se tomarmos, no sintagma nominal "estupro culposos", o núcleo "estupro" como um pré-construído, como uma objetividade científica do Direito, como "uma espécie de retorno do saber no pensamento" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 111), a partir do qual todos saberíamos que *estupro é crime*, e, se tomarmos como um acontecimento a materialidade discursiva "estupro culposos", podemos compreender a irrupção de "culposos" como "a mistura surpreendente de absurdo e de evidência" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 155), produzindo não apenas um efeito de estranho familiar, mas também de denúncia e indignação em relação à sentença estabelecida, que faz parecer não-crime o crime. Ou seja, a irrupção de "culposos" no sintagma nominal "estupro culposos" produz um efeito de discrepância, porque torna presente algo que parece já ter sido pensado antes, que viria sustentar a obviedade da não possibilidade da existência do crime de estupro ou do crime de estupro de vulnerável. Produzem-se, assim, pela construção discursiva da absolvição do denunciado de crime de estupro (de vulnerável) contra a denunciante, o cinismo e o escárnio como condições de interpretação que materializam uma terceira forma de estupro que *não é estupro, sendo*.

Trabalha aí a ideologia, produzindo a condição do "sem fazer conta do se-ir do viver" (ROSA, 2001), bordejando as margens e limites da fronteira ausente do sentido. Funciona aí

também o efeito da pregnância discursiva: o reconhecimento de que *estupro é crime* faz marca no dizer como se não fosse marca, o que movimenta a reviravolta no campo da deriva, ao mesmo tempo inédita e (im)previsível: "estupro culposo". Esse "culposo" irrompe no dizer no lugar de "vulnerável", de forma aviltante, perversa, apontando para um ineditismo daquilo que nem deveria ser suposto existir.

Compreendemos essa reviravolta como um sintoma do fato de que "todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes" (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 92). Nessa luta de classes, como mostramos, a "imparcialidade" é uma ilusão. E essa ilusão se marca materialmente na própria fala do advogado de defesa, durante a referida audiência *online* de 27 de julho de 2020, na qual a disputa própria à luta de classes mostra-se escancarada sob a forma de um ato falho:

(14min05seg)

Advogado da defesa: Só gostaria que as minhas perguntas fossem respondidas de forma objetiva. Ela viu alguma coisa contra o juiz ou contra o promotor que denotasse **imparcialidade**? Porque até da Dr. Fernanda, que é uma das defensoras públicas mais sérias que eu conheço, ela reclamou agora. Ela reclama de todo mundo. Então, Mariana, você tem, hoje, alguma reclamação contra o juiz ou o promotor? Porque você reclama de todo mundo. Você tem alguma coisa contra o juiz ou o promotor?

Denunciante: Não.¹⁸ (negrito nosso)

Esse ato falho expõe um processo metafórico que joga sobre o intercambiamento entre "parcialidade" e "imparcialidade", expondo o sentido outro – o da "parcialidade" – como dominante, determinando a condição de interpretação da audiência: um crime sobrescrito como não-crime.

É sobre essa interpretação que a consideração dos processos da enunciação se mostrou fundamental à leitura do objeto de discurso "estupro culposo". Considerarmos a enunciação como condição de produção do discurso permitiu mostrarmos, funcionando no arquivo de leitura em que "estupro culposo" irrompe como *a mistura surpreendente de absurdo e de evidência*, que, no interior da luta de classes e da divisão social da interpretação, *o que é dito pode ser desdito*, o que é significado como "crime" pode ser ressignificado como "não-crime". Esse funcionamento coloca em perspectiva como se dá a construção da consistência significativa da determinação histórica dos processos discursivos.

¹⁸ Fonte: gravação do vídeo da audiência está disponível no canal do *Estadão* no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=P0s9cEAPysY&feature=emb_logo. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

Pensar a consistência significativa da determinação histórica dos processos discursivos nos inscreve na prática da desterritorialização para reler as relações entre discurso e enunciação. Com base em nossa reflexão e em nossas análises, podemos afirmar que, sem os "grãos de enunciação" (expressão tomada de empréstimo de Pêcheux e Fuchs (1997 [1975], p. 202)), funcionando no interior da base linguística, o processo discursivo não "encontra" as coordenadas referenciais a partir das quais seu mo(vi)mento de (re)atualização – reprodução/transformação (PÊCHEUX, 1995 [1975]) – acontece. E, sem os processos da enunciação, a deriva não se marca. É nessa perspectiva que podemos compreender, a partir do exposto, que a deriva projeta o acontecimento do sentido na estrutura do discurso. Daí, conforme nos ensina Pêcheux (1990 [1983]), discurso ser estrutura e acontecimento.

Referências

- AGUSTINI, Cármen L.H.; ARAÚJO, Érica D. de. A figura do feminino em filmes infantis: pregnancy e circulação de sentidos. *Horizonte Científico*, vol. 3, n. 1, dez. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4259>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ALVES, Schirlei. Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com sentença inédita de 'estupro culposo' e advogado humilhando jovem. *The Intercept Brasil*, 03 de novembro de 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 2005 [1958]. p. 284-293.
- _____. Os níveis da análise linguística. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 2005 [1962]. p. 127-140.
- _____. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da Linguística. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 2005 [1963]. p. 19-33.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 2006 [1970]. p. 81-90.
- BRASIL. Código Penal – Decreto-lei nº 2.848/1940. In: *Coletânea básica penal*. 9. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. p. 36-94. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554633/coletanea_basica_penal_9ed.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.
- CONJUR – Consultor Jurídico. Acusação e defesa – Veja a íntegra da audiência de Mariana Ferrer em julgamento sobre estupro, em 05 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-nov-05/veja-integra-audiencia-mariana-ferrer-estupro>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Da enunciação ao acontecimento discursivo em Análise de Discurso. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e sentido na linguagem*. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2008 [1996].
- HENRY, Paul. Sentido, sujeito, origem. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2003. p. 151-162.

- HERÁCLITO de Éfeso. Fragmento nº 91. In: *Os pré-socráticos: documentos, doxografia e comentários*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Versão e-book. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/os-prc3a9-socrc3a1ticos-colec3a7c3a3o-os-pensadores-1996.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- LECOMTE, Alain. A fronteira ausente. In: PÊCHEUX, Michel *et al.* (Orgs.). *Materialidades Discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 151-165.
- MARCOS, Rudson. *Vistos para sentença* [Autos do Processo nº 0004733-33.2019.8.24.0023; Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC; Autor: Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Réu: André de Camargo Aranha]. Poder Judiciário. Estado de Santa Catarina, Comarca da Capital, 3ª Vara Criminal, folhas 3602 a 3652, 09 de setembro de 2020. Disponível em: <https://cdn.oantagonista.net/uploads/2020/11/Caso-Mariana-Ferrer-sentenca-de-absolvicao.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- MENDES, Letícia. Caso Mari Ferrer – Exibição de fotos, humilhações e choro: os detalhes da íntegra de audiência sobre acusação de estupro em boate [GZH analisou as três horas de vídeo da audiência realizada em 27 de julho]. *GZH*, Segurança, Grupo RBS, 06 de novembro de 2020, Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/11/exibicao-de-fotos-humilhacoes-e-choro-os-detalhes-da-integra-de-audiencia-sobre-acusacao-de-estupro-em-boate-ckh6bmmiu003m0170gzvodc3s.html>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. Gravação do vídeo da audiência realizada em 27 de julho de 2020 [Veja a íntegra da audiência de Mariana Ferrer em julgamento sobre estupro]. Disponível no canal do Estadão no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=P0s9cEAPysY&feature=emb_logo. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. O método em *Análise de Discurso: uma prática de reflexão*. In: MARCHIORI, Marlene (org.). *Linguagem e discurso*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2014. p. 37-51.
- OTTO, Isabella. Mariana Ferrer relata vida de luta contra o sistema após denunciar estupro. *Capricho*, Comportamento, 23 de maio, atualizado em 09 de novembro de 2020. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/mariana-ferrer-relata-vida-de-luta-contr-o-sistema-apos-denunciar-estupro/>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Trad. Bras. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1969]. p. 61-161.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Bras. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995 [1975].
- _____. Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux* [textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi]. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 2011 [1981]. p. 131-140.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 1990 [1983].

_____. A língua inatingível. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux* [textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi]. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 2011 [1991]. p. 93-105.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Trad. Bras. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1975]. p. 163-252.

ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. In: *Primeiras histórias*. 49. reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 79-85.

SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO, Denúncia do estupro: mãe de Mariana Ferrer relata o caso [Reportagem televisiva com o depoimento da mãe de Mariana Ferreira Borges concedido em entrevista por áudio], *SBT Meio-Dia* [SCC-SBT, Converse com a gente], 22 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pqV24TRV1-o&feature=youtu.be>. Acesso em: 15 dez. 2020.

VELOSO, Caetano; Nascimento, Milton. A terceira margem do rio. In: *Álbum Circuladô*. São Paulo: Gravadora Phonogram/Philips, 1991.

Recebido em: 21/12/2020; Aceito em: 30/03/2021.